

David Harvey

# A loucura da razão econômica

Marx e o capital no século XXI

Tradução  
Artur Renzo



© David Harvey, 2017  
© desta edição Boitempo, 2018

Traduzido do original em inglês *Marx, Capital and the Madness of Economic Reason* (Londres, Profile, 2017)

*Direção editorial* Ivana Jinkings

*Coordenação de produção* Livia Campos

*Edição* Bibiana Leme

*Assistência editorial* Thaisa Burani

*Tradução* Artur Renzo

*Preparação* Mariana Echalar

*Revisão* Thais Nicoleti

*Capa* Heleni Andrade

sobre instalação de Liliana Porter, "Man with Axe" (2013-2017)

*Diagramação* Antonio Kehl

*Equipe de apoio:* Allan Jones, Ana Carolina Meira, Ana Yumi Kajiki, André Albert, Carolina Yassui, Eduardo Marques, Elaine Ramos, Frederico Indiani, Isabella Barboza, Isabella Marcatti, Ivam Oliveira, Kim Doria, Marlene Baptista, Maurício Barbosa, Renato Soares, Thais Barros, Tulio Candiotto

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

H271L

Harvey, David, 1935-

A loucura da razão econômica : Marx e o capital no século XXI /  
David Harvey ; tradução Artur Renzo. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo,  
2018.

Tradução de: Marx, Capital and the Madness of Economic Reason  
Inclui bibliografia e índice  
ISBN 978-85-7559-643-2

1. Marx, Karl, 1818-1883. 2. Economia. 3. Capitalismo - Séc. XXI.  
4. Economia marxista. I. Renzo, Artur. II. Título.

18-50495

CDD: 335.412

CDU: 330.852

É vedada a reprodução de qualquer  
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: agosto de 2018

BOITEMPO EDITORIAL  
Jinkings Editores Associados Ltda.  
Rua Pereira Leite, 373  
05442-000 São Paulo SP  
Tel.: (11) 3875-7250 / 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.com.br  
www.blogdaboitempo.com.br | www.facebook.com/boitempo  
www.twitter.com/editoraboitempo | www.youtube.com/tvboitempo

## SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	II
1. A VISUALIZAÇÃO DO CAPITAL COMO VALOR EM MOVIMENTO.....	15
2. O CAPITAL.....	35
3. O DINHEIRO COMO REPRESENTAÇÃO DO VALOR.....	59
4. ANTIVALOR: A TEORIA DA DESVALORIZAÇÃO.....	79
5. PREÇOS SEM VALORES.....	99
6. A QUESTÃO DA TECNOLOGIA.....	111
7. O ESPAÇO E O TEMPO DO VALOR.....	129
8. A PRODUÇÃO DE REGIMES DE VALOR.....	153
9. A LOUCURA DA RAZÃO ECONÔMICA.....	171
CODA.....	203
AGRADECIMENTOS.....	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	209
ÍNDICE.....	217

## 9. A LOUCURA DA RAZÃO ECONÔMICA

Quando uma mercadoria, que é portadora de valor, é finalmente consumida, ela sai da circulação. Portanto, “deixa de ser momento do processo econômico”. Mas esse desaparecimento depende da conversão prévia do valor da mercadoria à forma-dinheiro, e o dinheiro possui a capacidade de permanecer perpetuamente em circulação. Quando se trata do dinheiro, todavia, “devém *loucura*; a loucura, entretanto, como um momento da economia e determinante da vida prática dos povos”<sup>1</sup>. A vida cotidiana torna-se refém da loucura do dinheiro. Mas em que reside essa loucura?

Do ponto de vista das mercadorias, “seu valor de troca só tem interesse temporário”, na medida em que o objetivo imediato da produção de mercadorias é satisfazer as necessidades sociais. Em um mundo de trocas, o dinheiro simplesmente facilita as permutas. Mas, no mundo do capital e da produção de mais-valor, o dinheiro assume um caráter bastante diferente. Aqui, o valor “só se conserva precisamente pelo fato de que tende continuamente para além de seu limite quantitativo [...]”. O enriquecimento é, assim, uma finalidade em si. A atividade determinante da finalidade do capital só pode ser o enriquecimento, *i.e.*, a expansão, o aumento de si mesmo”. O dinheiro, na medida em que opera como medida de riqueza, precisa igualmente se investir no “impulso permanente de continuar para além de seu limite quantitativo: um processo infundável. A sua própria vitalidade consiste exclusivamente em que só se *conserva* como valor de troca diferindo do valor de uso e valendo por si à medida que se *multiplica continuamente*”. É isso o que distingue o dinheiro sob regime capitalista de todas as suas diversas formas pré-capitalistas.

<sup>1</sup> Karl Marx, *Grundrisse*, cit., p. 208.

“O dinheiro, como soma de dinheiro, é medido por sua quantidade. Esse ser medido contradiz sua determinação, que tem de ser orientada à desmedida.”<sup>2</sup> Ele não pode jamais ser contido ou coagido.

É a isso que Hegel se refere quando fala em “má infinidade”. Trata-se da forma da infinidade que não possui término e, tal como a sabedoria de Deus, ultrapassa todo e qualquer conhecimento humano. A sequência numérica é a sua forma paradigmática. Para todo número existe sempre outro maior. Na ausência de qualquer lastro material no ouro, o montante mundial de dinheiro em circulação constitui uma má infinidade. Não passa de um conjunto de números. O capitalismo contemporâneo está aprisionado no interior da má infinidade da acumulação e do crescimento exponencial infundáveis. Na interpretação de Marx, conforme sugere Wayne Martin, “o capitalismo é essencialmente orientado para uma infinidade incompletável, orientação esta ancorada na própria ontologia do capital”<sup>3</sup>. O dinheiro pode acomodar-se à necessidade infinita de expansão de valor simplesmente fazendo os bancos centrais acrescentarem zeros ao montante de dinheiro em circulação, que é o que eles efetivamente fazem através da flexibilização quantitativa. Isso é a má infinidade, a espiral que sai de controle, que se desgoverna. Antes, costumávamos falar em termos de milhões, depois viraram bilhões e trilhões e, logo, logo, estaremos falando em termos de quatrilhões de dólares em circulação, um número que ultrapassa qualquer compreensão real.

A infinidade virtuosa de Hegel é o círculo, a fita de Möbius ou a escada de Escher, em que o movimento pode continuar para sempre, mas tudo é calculável e passível de ser conhecido de antemão. Nos primeiros dois livros d’*O capital*, Marx dedica longos capítulos à reprodução simples. É quase como se quisesse explorar as formas cíclicas virtuosas de reprodução que seriam possíveis em um mundo não capitalista de acumulação zero. O problema começa com a produção de mais-valor e sua necessidade de expansão perpétua, o que implica a passagem de uma infinidade cíclica virtuosa para uma espiral de acumulação infundável. É essa passagem que força a busca perpétua de uma “infinidade incompletável” por parte do capital. Os valores de uso, apesar de claramente limitados por amarras materiais, não são, como veremos, imunes a essa loucura. Há tentativas de “elevar a fruição à imaginária ilimitabilidade”, mas a maioria “aparece como dissipação ilimitada”, em que a degradação acelerada dos comuns ambientais é tão manifesta<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> Ibidem, p. 208, 210 e 211.

<sup>3</sup> Wayne Martin, “In Defense of Bad Infinity: a Fichtean Response to Hegel’s *Differenzschrift*”, mimeo., Departamento de Filosofia, Universidade de Essex; Christopher John Arthur, *The New Dialectic and Marx’s Capital* (Leiden, Brill, 2004), p. 137-52.

<sup>4</sup> Karl Marx, *Grundrisse*, cit., p. 210.

No Livro III d’*O capital*, Marx revela outra dimensão dessa loucura. O capital portador de juros aparece como “a matriz de todas as formas insanas de capital”<sup>5</sup>. Nesse caso, o dinheiro volta ao seu papel como mercadoria, mas uma mercadoria cujo valor de uso é o fato de poder ser emprestada a outros em quantidades infinitas para produzir mais-valor. Seu valor de troca são os juros. O próprio dinheiro, que é a representação do valor, adquire um valor monetário. Os juros “são desde sempre uma expressão absolutamente irracional”<sup>6</sup>. O resultado é uma “contradição absurda” em que a “tendência interna do capital aparece como uma coerção que lhe é imposta por capital *alheio*”<sup>7</sup>. O antivalor passa a imperar. Quando a circulação de capital portador de juros (o poder dos acionistas e credores) se torna a principal força para a manutenção do movimento do valor, então “se completam a forma fetichista do capital e a ideia do fetichismo do capital”<sup>8</sup>. A loucura da razão econômica é dissimulada pelas formas fetichistas em que o dinheiro aparece como se tivesse o poder mágico de criar incessantemente mais dinheiro. Coloco meu dinheiro na poupança e ele aumenta exponencialmente, sem que eu precise fazer mais nada.

“Para os senhores economistas”, no entanto, “é terrivelmente difícil avançar teoricamente da autoconservação do valor no capital à sua multiplicação.”<sup>9</sup> Nossa compreensão do mundo se torna refém da insanidade de uma razão econômica burguesa que não apenas justifica como promove a acumulação sem limites, enquanto simula uma infinidade virtuosa de crescimento harmonioso e melhorias contínuas e alcançáveis no bem-estar social. Os economistas jamais enfrentaram a “má infinidade” do crescimento exponencial infundável, que só pode culminar em desvalorização e destruição. Ao contrário, louvam as virtudes de uma burguesia que triunfantemente “capturou o progresso histórico e o colocou a serviço da riqueza”<sup>10</sup>. Esquivam-se sistematicamente de saber se as crises são inerentes a tal sistema. As crises, dizem eles, devem-se a atos de Deus ou da natureza ou a equívocos humanos e erros de cálculo (em especial aqueles que podem ser atribuídos a intervenções estatais equivocadas). Todos ou qualquer um desses motivos pode provocar um descarrilamento da máquina supostamente imaculada do infinito capitalismo de livre mercado. Mas os economistas insistem que a máquina em si permanece o epítome da perfeição. Quando se depararem com uma crise, os

<sup>5</sup> Idem, *O capital*, Livro III, p. 523.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 401.

<sup>7</sup> Idem, *Grundrisse*, cit., p. 338.

<sup>8</sup> Idem, *O capital*, Livro III, p. 442.

<sup>9</sup> Idem, *Grundrisse*, cit., p. 210.

<sup>10</sup> Idem, cit., p. 490.

economistas só poderão alegar que, “se a produção fosse realizada conforme os livros didáticos, as crises jamais ocorreriam”.

Toda razão que eles [os economistas] levantam contra as crises é uma contradição exorcizada e, portanto, uma contradição real. O desejo de convencer a si mesmos da não existência de contradições é ao mesmo tempo a expressão de um vão desejo de que as contradições, que estão efetivamente presentes, não existissem.<sup>11</sup>

A ciência econômica contemporânea não tem contradições.

Foi nesse contexto que Marx decidiu dedicar tanto de seu esforço teórico e de sua vida intelectual à crítica da economia política e da loucura da razão econômica. Nesse processo, ele revela irracionalidades e “formas insanas” cada vez mais profundas no pensamento sistêmico e no programa político que supostamente nos conduziria a um utopismo da vida cotidiana. As leis contraditórias do movimento que ele identifica beneficiam unicamente a classe capitalista e seus acólitos, ao mesmo tempo que reduzem populações inteiras à exploração de seu trabalho vivo na produção, a escassas oportunidades em sua vida cotidiana e à servidão por dívida em suas relações sociais.

Marx descobre que a loucura da razão econômica burguesa é ainda mais exacerbada pelos crescentes antagonismos entre o valor e suas representações monetárias. À medida que o dinheiro se desprende necessariamente de qualquer lastro material (como as mercadorias-dinheiro ouro e prata), suas construções idealistas (como números de dólares, euros, ienes etc.) e, sobretudo, sua crescente manifestação na forma de dinheiro de crédito tornam-se vulneráveis aos caprichos dos juízos humanos, suscetíveis a excessos e manipulações de quem tem as rédeas do poder. “De sua figura de servo, na qual se manifesta como simples meio de circulação, converte-se repentinamente em senhor e deus no mundo das mercadorias”, cuja riqueza universal “pode ser tangivelmente incorporada às posses de um indivíduo singular”.

<sup>11</sup> Idem, *Theories of Surplus Value*, Part 2, cit., p. 468 e 549. Boa parte dos economistas reconhece as imperfeições de mercado provenientes de efeitos de externalidade e de imperfeições informacionais (e até as estudam enquanto “fracassos de mercado”). Os que possuem uma orientação mais keynesiana chegam a admitir um papel a ser desempenhado pelo Estado no sentido de garantir um gerenciamento adequado da oferta e da demanda agregada, principalmente voltado para amortecer as oscilações e os solavancos dos ciclos econômicos na esperança de eliminar crises e depressões. Mas o objetivo deles é fundamentalmente o de corrigir imperfeições e definir políticas otimizadas para balizar o envolvimento do Estado a fim de restaurar ao seu devido lugar o conceito do equilíbrio harmonioso. Nenhum deles, nem mesmo figuras como Paul Krugman, Joseph Stiglitz e Jeffrey Sachs, que reivindicam posições políticas progressistas, possuem qualquer concepção das contradições internas do capital ou dos perigos da má infinidade do crescimento exponencial infinito.

O dinheiro é uma reivindicação individualizada sobre o trabalho social dos outros, exatamente da mesma maneira que a dívida constitui uma reivindicação sobre o trabalho futuro dos outros. O dinheiro confere a seu possuidor “o poder universal sobre a sociedade, sobre o inteiro mundo dos prazeres, dos trabalhos etc.”<sup>12</sup>. Do tempo de Marx para cá, ampliou-se enormemente o hiato entre a proliferação dessas reivindicações e a base de valor na qual elas supostamente estão lastreadas. Hoje, se todos se dirigissem aos bancos para sacar em espécie o equivalente de seus depósitos, levaria meses, se não anos, até que se conseguisse imprimir as notas necessárias. Todos os dias, 2 trilhões de dólares trocam de mãos nos mercados de comércio exterior.

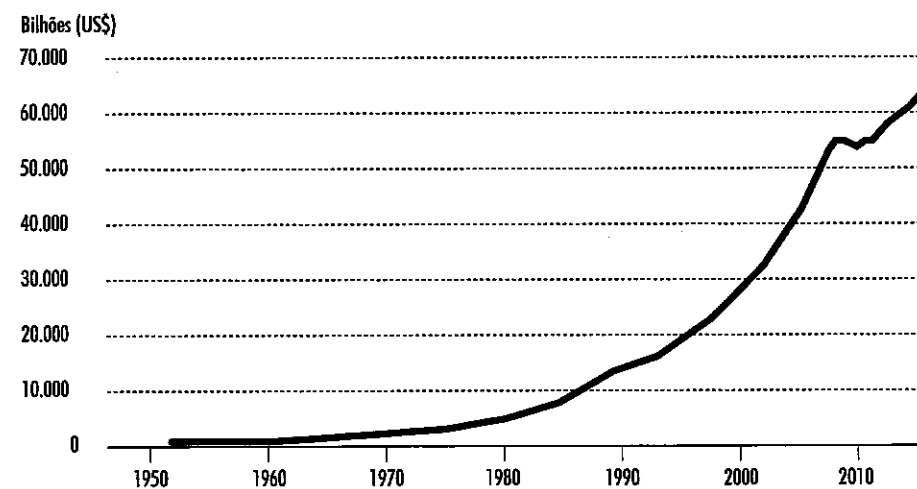


FIGURA 4. Crescimento da dívida pública, corporativa e privada nos Estados Unidos (Federal Reserve Bank of St Louis).

Mas essa é apenas a ponta de um iceberg de fenômenos no mundo financeiro. Os fluxos de dinheiro de crédito, aquela forma de antivalor que o próprio capital cria, cresceram enormemente desde a década de 1970 (Figura 4)<sup>13</sup>. A princípio esses fluxos lubrificam as atividades no próprio campo da distribuição. Este último, porém, aparece cada vez mais como um buraco negro que engole uma massa de valor em nome do resgate de dívidas, sem nenhuma garantia de que ressurgirá. A prática de empréstimos interbancários está mais em alta do que nunca, assim como os intercâmbios entre instituições financeiras e bancos centrais. Há muito tempo os

<sup>12</sup> Karl Marx, *Grundrisse*, cit., p. 165.

<sup>13</sup> Federal Reserve Bank of St Louis, *Economic Reports*.

bancos vêm concedendo empréstimos a governos, respaldando-se no poder do Estado de cobrar impostos. Reciprocamente, o poder de tributação do Estado é utilizado para socorrer os bancos em apuros. Não há a menor esperança de que as crescentes dívidas nacionais dos grandes Estados caduquem juridicamente. Mas fluxos significativos de receitas tributárias para o pagamento de dívidas são normalizados no campo da distribuição. Boa parte da demanda efetiva derivada de despesas estatais, por outro lado, consiste em capital fictício (antivalor) gerado no sistema de crédito e emprestado ao Estado. As reivindicações sobre a produção futura de valor crescem infinitamente. Crédito de consumo (parte dele do tipo predatório) é disponibilizado a todos (inclusive trabalhadores e estudantes) e normalmente aumenta à medida que circula. A fantasia de uma “ilimitabilidade imaginária” no consumo é avidamente perseguida. O crédito escoia para proprietários fundiários e imobiliários. Alimenta a especulação com aluguéis e outros valores de ativos que, em seguida, ganham o poder de aumentar magicamente e sem limite. Comerciantes e industriais contraem empréstimos mesmo diante do robusto poder do antivalor, que pode vir a destruí-los no futuro. Comerciantes, proprietários fundiários e imobiliários, Estados e qualquer pessoa que consiga poupar algum dinheiro (inclusive os setores mais privilegiados das classes trabalhadoras) depositam fundos excedentes em instituições financeiras com a expectativa (muitas vezes frustrada) de obter uma boa taxa de retorno.

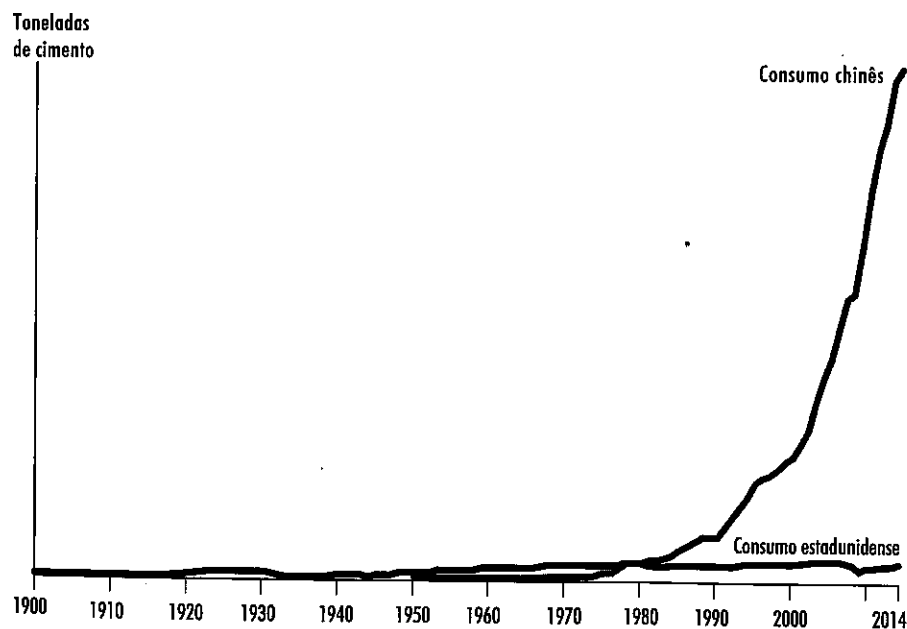


FIGURA 5. Consumo chinês de cimento (redesenhado a partir do original publicado na revista *National Geographic*).

Marx reconhecia a importância da formação de capital fictício e da especulação de ativos, ao mesmo tempo que ressaltava a loucura da razão econômica dessas práticas. Compreendia plenamente que essas relações interdistributivas constituem “momentos [agudos] da economia” que afetam “a vida prática dos povos”. Mas, desnecessário dizer, essa é uma arena notoriamente opaca e mistificada das atividades capitalistas que resiste a resumos fáceis ou descrições superficiais.

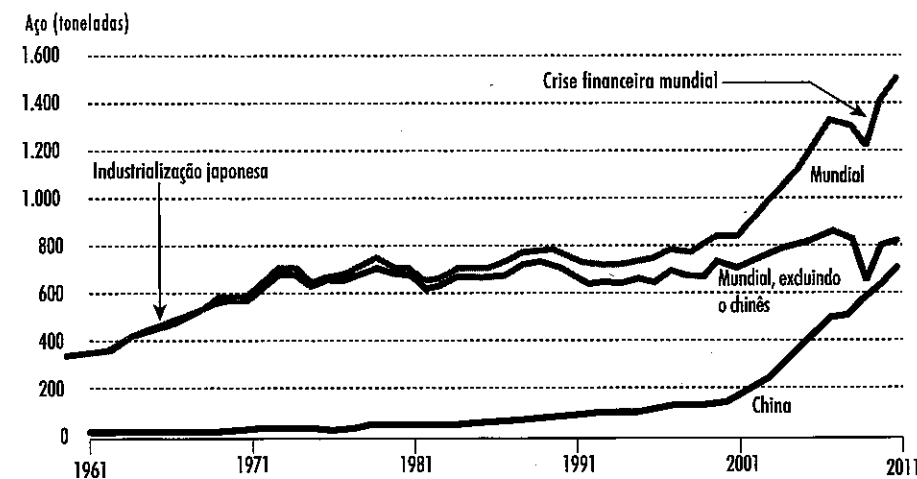


FIGURA 6. Consumo mundial de aço (fonte: RBA).

Mas essa “ilimitabilidade” não pode ser confinada ao mundo do dinheiro de crédito. Ela possui implicações para o mundo dos valores de uso e para o da produção de valor:

o capital [...] é o impulso ilimitado e desmedido de transpor seus próprios limites. [...] O capital enquanto tal cria um mais-valor determinado porque não pode pôr de uma vez um mais-valor ilimitado; ele é o movimento contínuo de criar mais mais-valor. O limite quantitativo do mais-valor aparece para o capital somente como barreira natural, como necessidade que ele procura incessantemente dominar e transpor.<sup>14</sup>

Estudar a história econômica capitalista significa estudar essa loucura em ação. Considere o seguinte fato, espantoso, porém demasiadamente concreto. Entre 1900 e 1999, os Estados Unidos consumiram 4,5 milhões de toneladas de cimento. Entre 2011 e 2013, a China consumiu 6,5 milhões de toneladas de cimento. Em dois

<sup>14</sup> Karl Marx, *Grundrisse*, cit., p. 264.

anos, os chineses consumiram quase 45% mais cimento do que os Estados Unidos ao longo de todo o século anterior (Figura 5)<sup>15</sup>. Quem mora nos Estados Unidos já viu muito cimento sendo usado ao longo de sua vida. Mas o que ocorreu na China é extraordinário. O aumento registrado na escala de despejamento de cimento não possui precedentes. E suscita questões preocupantes. Quais serão as suas consequências ambientais, políticas e sociais? Parece haver mais do que um toque de loucura nisso tudo. Essa seria a “ilimitabilidade imaginária” de que fala Marx?

O cimento é usado na construção civil. Isso aponta para um investimento maciço na criação de meios ambientes construídos, urbanização na construção de outras infraestruturas físicas (sistemas de transportes, barragens, terminais de contêineres e aeroportos). Não é apenas cimento que é utilizado. Houve também um enorme aumento na produção e no uso de aço. Nos últimos anos, mais da metade da produção e do consumo mundial de aço se deu na China (Figura 6). É preciso muito minério de ferro para fabricar essa quantidade de aço. Ele vem de regiões tão distantes como o Brasil e a Austrália. Outros materiais, como cobre, areia e minerais de todo tipo, foram consumidos em taxas completamente inauditas. Nos últimos anos, a China consumiu pelo menos metade (e, em alguns casos, 60% ou 70%) dos principais recursos minerais do mundo (Figura 7).

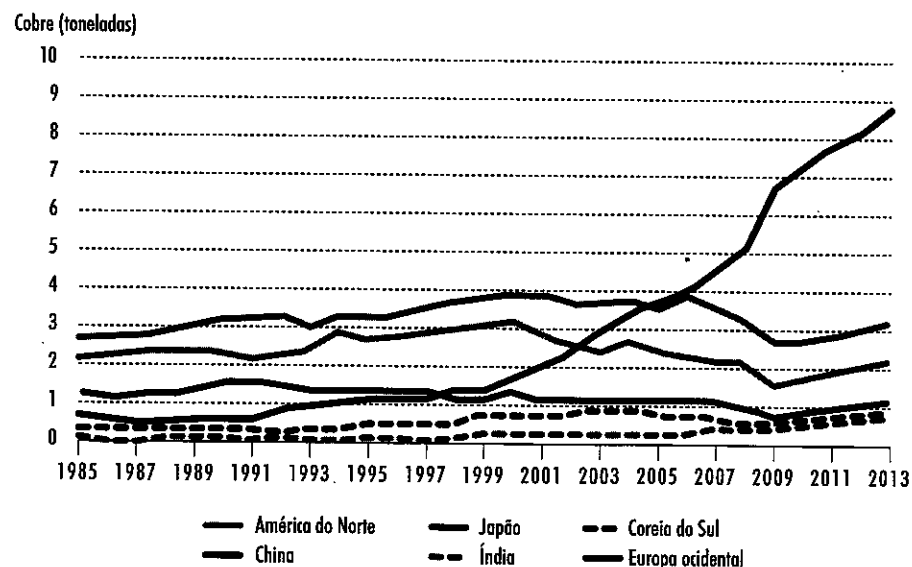


FIGURA 7. Consumo mundial de cobre.

<sup>15</sup> “Towering Above”, *National Geographic*, v. 229, n. 1, 2016.

Consequentemente, até pouco tempo atrás, os preços das matérias-primas tenderam a aumentar. A atividade mineradora vem-se acelerando por toda parte. Da Índia à América Latina, passando pela Austrália, montanhas inteiras estão sendo removidas na procura de minério, prática que vem gerando todo tipo de consequências políticas, econômicas e ambientais deletérias. A enorme expansão de investimento urbano e infraestrutural na China provocou muitas ramificações globais. Todos os países que exportam insumos básicos para a China saíram rapidamente da recessão de 2007-2008: Austrália, Chile, Brasil e Zâmbia, assim como Alemanha, que exportava equipamento de alta tecnologia para os chineses.

Um dos motivos para que o combalido capitalismo global sobrevivesse à crise de 2007-2008 foi o crescimento constante do consumo produtivo na China. É quase certo que os dirigentes do Partido Comunista em Pequim não planejavam salvar o capitalismo global, mas foi isso o que acabaram fazendo.

Para explicar como e por que isso aconteceu, preciso mergulhar mais a fundo na história geoeconômica recente dos diferentes regimes de valor regionais. Em 2007-2008, ocorreu uma crise financeira nos Estados Unidos. Como se originou nos Estados Unidos, foi definida como uma crise global. Houve crises anteriores no Sudeste Asiático (1997-1998), na Turquia e na Argentina (2001-2002), mas foram consideradas crises regionais, circunscritas a regimes de valor particulares. Os Estados Unidos ainda detêm uma das maiores e mais influentes economias do mundo e a ocorrência de grandes instabilidades em seu interior está fadada a transbordar e afetar outros regimes de valor regionais. Há inclusive certos indícios de que formuladores de políticas públicas e instituições estadunidenses tentaram ativamente dispersar os efeitos negativos da crise financeira pelo resto do globo (por meio do controle de instituições internacionais como o FMI e do mecanismo fornecido pelo dólar como moeda global de reserva) na esperança de diluir os efeitos que teria internamente. As crises tendem sempre a se deslocar, mas deslocam-se mais rápido com o apoio efetivo de agências de poder estatal e políticos.

A crise de 2007-2008 foi, em primeira instância, relativamente localizada. Originou-se em particular no sul e no sudeste dos Estados Unidos e em larga medida a partir de especulação intensa nos mercados imobiliário e fundiário, alimentada por crédito fácil e empréstimos *subprime*. Depois do *crash* da Bolsa de Valores em 2001, uma enxurrada de dinheiro especulativo escorreu para os mercados imobiliários estadunidenses (como ocorreu também na Irlanda e na Espanha, entre outros lugares). Um excesso de liquidez inundou o mundo naquele período, e o capital portador de juros tinha poucas oportunidades de investimento. Boa parte foi absorvida em mercados fundiários e na extração de matérias-primas, forçando os preços cada vez mais para cima. Quando a bolha especulativa imobiliária estourou,

houve uma enorme crise de execuções hipotecárias nos Estados Unidos, bem como na Irlanda, na Espanha e em alguns outros países.

Pessoas desempregadas e que acabaram de sofrer uma execução hipotecária não saem por aí comprando coisas. O mercado de consumo nos Estados Unidos afundou. A China era uma das principais fornecedoras de bens para esse mercado consumidor. A indústria chinesa de exportação também afundou. Esse foi um dos canais pelos quais a crise local se tornou global. O outro foi o sistema financeiro. As instituições financeiras estruturaram as dívidas de financiamento imobiliário de modo que pudessem repassá-las a terceiros como um investimento bastante rentável, supostamente “tão seguro quanto uma casa”. Mas muitas das hipotecas não estavam respaldadas na capacidade de pagamento. Todos os que foram enganados e investiram nesse novo instrumento financeiro perderam dinheiro. Os bancos que detinham parte significativa da dívida ficaram ameaçados de falência e restringiram o crédito, inclusive o crédito para os já cautelosos consumidores. A fragilidade do mercado de bens de consumo nos Estados Unidos se alastrou e se aprofundou. A espiral descendente ameaçou engolir o mundo inteiro numa depressão.

Em 2008, a China enfrentava uma queda de 30% em suas exportações. Fábricas no sul do país estavam sendo obrigadas a fechar as portas. As estatísticas chinesas são pouco confiáveis, mas, segundo alguns relatórios, entre 20 milhões e 30 milhões de empregos foram perdidos. O governo chinês estava apreensivo com as potenciais agitações sociais. A existência de 20 milhões a 30 milhões de desempregados representava um risco alarmante, que o governo chinês tinha de atacar se quisesse manter a legitimidade e o poder.

Em 2010, um relatório conjunto emitido pelo Fundo Monetário Internacional e pela Organização Internacional do Trabalho estimou a perda líquida de empregos por conta da crise<sup>16</sup>. Os Estados Unidos registraram o maior índice: 7,5 milhões de postos de trabalho. Na China, a perda líquida foi de apenas 3 milhões de postos de trabalho. De alguma maneira, a China conseguiu reabsorver ao menos 17 milhões de pessoas, e possivelmente muitas mais, no mercado de trabalho em cerca de um ano – feito espantoso e totalmente sem precedentes.

Como a China foi capaz de absorver tão rapidamente essa vasta quantidade de mão de obra excedente? Aparentemente, o governo central apenas incentivou todo o mundo a tirar do papel o máximo possível de obras infraestruturais e megaprojetos. Informou aos bancos que deveriam conceder empréstimos às incorporadoras.

<sup>16</sup> Fundo Monetário Internacional/Organização Internacional do Trabalho, “The Challenges of Growth, Employment and Social Cohesion”, *paper* de discussão, Conferência Conjunta OIT-FMI, em cooperação com o primeiro-ministro da Noruega, 2010; disponível em: <<http://www.osloconference2010.org/discussionpaper.pdf>>.

Nos Estados Unidos, em 2008, quando o Federal Reserve e o Tesouro cederam recursos aos bancos para que concedessem empréstimos, eles simplesmente usaram esse dinheiro para quitar suas próprias dívidas (isso se chama *desalavancagem*) e ainda compraram de volta suas próprias ações. Nos Estados Unidos, o governo não tem poder sobre os bancos. O sistema bancário chinês não funciona dessa forma. Na China, se o governo central disser aos banqueiros que concedam empréstimos, será isso o que eles farão. E evidentemente foi isso que fizeram, por acaso tornando muita gente ultrarrica nesse processo. De uma hora para a outra, a China tornou-se um país repleto de bilionários, perdendo apenas para os Estados Unidos nesse quesito.

A enorme empreitada de construção na China foi financiada pela dívida. A dívida do país quadruplicou entre 2007 e 2015. Em 2016, a dívida formal já era de 250% do PIB. A dívida teve de ser estendida tanto à produção quanto ao consumo. As dívidas domiciliares elevaram-se dramaticamente (caso contrário, quem compraria todas aquelas novas unidades habitacionais?)<sup>17</sup>. O crédito fácil provocou um aumento nos preços dos imóveis. A especulação com os valores imobiliários se tornou abundante. No verão de 2016, os preços dos imóveis subiram a uma taxa de 7,5% anuais em todo o país, enquanto nas dez maiores regiões metropolitanas da China o aumento médio registrado foi de 20%<sup>18</sup>. Enquanto isso, governos locais, estaduais e municipais contraíam empréstimos sem parar. Em 2014 surgiram boatos de que haveria uma massa de dívidas tóxicas em um sistema bancário paralelo e nas entranhas das finanças municipais<sup>19</sup>. Temores de algum tipo de *crash* financeiro irrompiam periodicamente na imprensa. A dívida da China, no entanto, não é denominada em dólares, e sim em moeda própria. Portanto, não há perspectiva de intervenção externa, por exemplo, de uma instituição como o FMI ou de credores estrangeiros (como a Grécia teve a infelicidade de experimentar). O governo central possui grandes reservas internacionais que poderiam ser usadas – como fez em outros períodos de dificuldade financeira – para recapitalizar as instituições financeiras.

Com efeito, a China liberou o poder do antivalor para forçar uma elevação na produção de valor e absorver o máximo de mão de obra excedente possível. E não foi o único país a fazer isso. O FMI registrou um enorme aumento nos índices globais de financiamento por dívida depois de 2007-2008 (Figura 8). A dívida global do setor não financeiro encontra-se agora no patamar de 152 trilhões de dólares, o

<sup>17</sup> “China’s Property Frenzy and Surging Debt Raises Red Flag for the Economy”, *The Guardian*, 27 nov. 2016.

<sup>18</sup> Reuters, “China’s Property Boom Continues as Prices Rise at Record Rate”, *Fortune*, 21 out. 2016.

<sup>19</sup> Shen Hong, “China’s Plan for Local Debt Amounts to a Bailout”, *The Wall Street Journal*, 23 jun. 2015.



índice mais alto da história (225% do PIB global)<sup>20</sup>. Os Estados Unidos foram um dos poucos países a registrar alguma redução na dívida líquida após 2008, obtida principalmente à custa de políticas de austeridade em todos os níveis do governo e problemas persistentes de financiamento imobiliário. Isso acarretou uma estagnação na demanda efetiva e conteve a recuperação da crise.

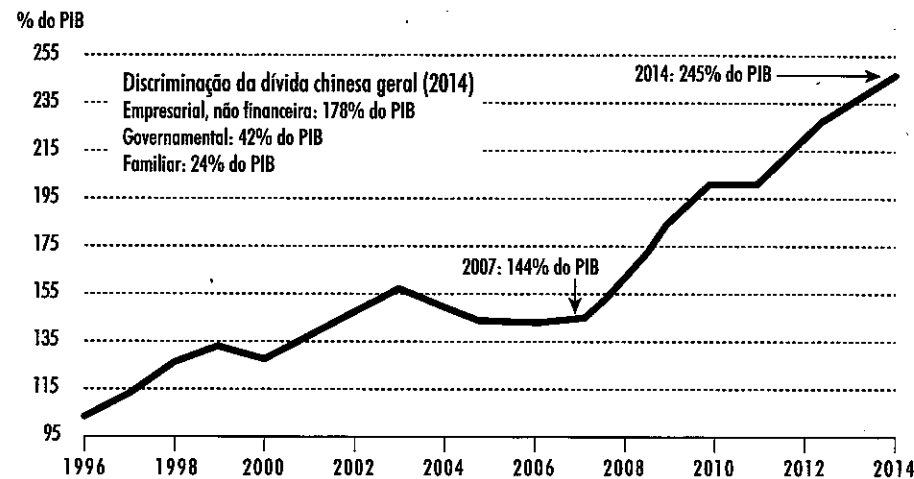


FIGURA 8. Crescimento da dívida (estatal, empresarial e familiar) na China (Morgan Stanley).

O ritmo da criação de dívida global, inédito desde a década de 1970, sugere a existência de uma economia global que cresce cada vez mais por meio dos artifícios e miragens da criação de antivalor nos múltiplos sistemas monetários regionais do mundo. É provável que boa parte dessa dívida seja tóxica, dissimulada pela criação de mais dívida (como ocorre nos esquemas Ponzi). Não está claro de onde virá o valor que resgatará esse montante que vem crescendo incessantemente.

A China absorveu uma quantidade maciça de mão de obra promovendo um enorme programa de investimentos em consumo produtivo no meio ambiente construído. Um quarto do PIB veio somente da produção de moradias e outro quarto ou mais veio de investimentos infraestruturais em rodovias, sistemas hídricos, redes ferroviárias, aeroportos etc. Cidades inteiras foram construídas (muitas são “cidades fantasmas”, que ainda precisarão ser povoadas)<sup>21</sup>. A economia espacial da nação está

mais bem integrada, com rodovias e ferrovias de alta velocidade ligando firmemente os mercados do sul e do norte e desenvolvendo o interior para que tenha uma ligação melhor com a costa. Embora o governo central já desejasse realizar algo dessa natureza (o projeto da rede ferroviária de alta velocidade é da década de 1990), ele mobilizou tudo o que pôde nesse período para absorver a força de trabalho excedente potencialmente revoltosa. Em 2007 não havia nem um quilômetro de ferrovias de alta velocidade na China. Em 2015 já havia quase 20 mil quilômetros ligando todas as principais cidades do país. Isso, para qualquer padrão, é um feito extraordinário.

No entanto, não há nada de novo na maneira como a China respondeu a suas dificuldades econômicas. Considere o caso dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. A economia estadunidense precisava absorver o enorme aumento na capacidade produtiva ocasionado pela guerra e gerar postos de trabalho bem remunerados para um grande número de veteranos que voltavam ao país. Os formuladores de políticas públicas sabiam que, se os veteranos que estavam retornando à vida civil se deparassem com níveis de desemprego como os dos anos 1930, o país estaria diante de uma grave inquietação política e econômica. A reprodução do capitalismo estava em jogo.

A primeira frente consistiu em reprimir, através do movimento anticomunista conhecido como machartismo, todo e qualquer pensamento de oposição de esquerda. A segunda consistiu em confrontar o problema econômico do excedente de capital e de mão de obra. Isso foi realizado em parte pelo imperialismo estadunidense, a Guerra Fria e a expansão do militarismo (a ascensão do famoso “complexo militar-industrial” que o presidente Eisenhower tentou sem sucesso inibir). Essas iniciativas foram complementadas por uma imensa onda de investimentos na produção de infraestruturas físicas e sociais (como educação superior). O sistema de estradas interestaduais ligou a Costa Oeste ao sul e integrou espacialmente a economia dos Estados Unidos de uma nova maneira. Em 1945, Los Angeles era uma cidade de tamanho normal, mas em 1970 ela havia se tornado uma verdadeira megalópole. Áreas metropolitanas foram totalmente redesenhadas com transportes, rodovias, automóveis e, sobretudo, com a proliferação dos subúrbios. A figura de Robert Moses, o urbanista genial que redesenhou toda a região metropolitana de Nova York, dominou o mundo tanto das ideias quanto da prática da urbanização e do redesenho metropolitano modernista<sup>22</sup>. O desenvolvimento de um novo estilo de vida suburbano (consagrado em *sitcoms* como *The Brady Bunch* [A família Sol-Lá-Si-Dó] e *I Love Lucy*, que celebravam certo tipo de “vida cotidiana das pessoas”), além da propaganda do “american dream” da casa própria, estavam no centro de uma enorme campanha para a criação de novas vontades, necessidades

<sup>20</sup> Fundo Monetário Internacional, “Debt: Use It Wisely”, *Fiscal Monitor*, Relatórios Mundiais Econômicos e Financeiros, out. 2016.

<sup>21</sup> Wade Shepard, *Ghost Cities of China: The Story of Cities Without People in the World's Most Populated Country* (Londres, Zed Books, 2015).

<sup>22</sup> Robert Caro, *The Power Broker: Robert Moses and the Fall of New York* (Nova York, Vintage, 1975).

e desejos, um estilo de vida totalmente novo, na população em geral. Para sustentar a demanda efetiva, era necessário criar empregos bem remunerados. Instados pelo aparato estatal, o trabalho e o capital chegaram a um acordo incômodo em que uma classe trabalhadora branca obtinha ganhos econômicos, ao passo que as minorias eram excluídas. As décadas de 1950 e 1960 foram, em muitos sentidos, os anos dourados da acumulação de capital nos Estados Unidos: altos índices de crescimento, uma situação satisfatória para certa classe trabalhadora branca – ainda que a ascensão de um poderoso movimento a favor dos direitos civis e a eclosão de levantes em cidades centrais demonstrassem que a situação não estava nada boa para as populações afro-estadunidenses e imigrantes, empobrecidas e marginalizadas. Mas, durante quinze anos ou mais, o problema da superacumulação foi resolvido dessa maneira. Conforme teria dito o presidente do Federal Reserve de São Francisco, os Estados Unidos “saem das crises construindo casas e enchendo-as de coisas”<sup>23</sup>. Mas, como se tornou evidente na onda de execuções hipotecárias de 2007-2008, também é assim que o capital se mete em crises.

Um exemplo semelhante de uso da urbanização para resolver problemas econômicos e políticos ocorreu na Paris do Segundo Império<sup>24</sup>. A crise econômica de 1848 levou a revoluções da burguesia e da classe trabalhadora. Ambas fracassaram, e Luís Bonaparte (sobrinho de Napoleão Bonaparte) foi eleito presidente com a promessa de fazer com que a França voltasse a ser uma grande nação. Ele assumiu poder absoluto com um golpe de Estado em dezembro de 1851 e declarou-se imperador em 1852. Armou imediatamente uma rede de espões e polícias secretas para controlar e se informar sobre toda e qualquer oposição. Mas sabia que não duraria muito no poder, se não conseguisse fazer o trabalho e o capital voltarem a trabalhar. Admirador das teorias utopistas de Saint-Simon, iniciou projetos de obras públicas baseados em capital associado e levou Haussmann para supervisionar a reconstrução de Paris. Em pouco tempo, capital e trabalho estavam sendo plena e lucrativamente empregados na criação de novos bulevares, parques, lojas de departamentos, redes de água potável, sistemas de esgoto e afins. A vida cotidiana foi transformada em consumismo burguês; os cafés, os salões de música e os espetáculos urbanos (como os desfiles de moda nos bulevares) floresceram. Ainda hoje podemos sentir as consequências desse esforço de transformação urbana quando atravessamos os bulevares de Haussmann, sentamos nos cafés ou bebemos água de torneira no centro de Paris.

Mas a dimensão e a velocidade dessas mudanças não chegaram aos pés da reconstrução de Robert Moses nos Estados Unidos, depois de 1945, e são insigni-

ficantes em comparação com a escala e a rapidez das transformações ocorridas na China nos últimos tempos.

Em todos esses casos, havia um problema comum subjacente. Novas instituições de crédito e novos métodos de financiamento tiveram de ser criados para sustentar o esforço de construção. Foi preciso gerar antivalor para forçar a produção de valor. Um novo tipo de banco de crédito se tornou dominante em Paris na década de 1850. Mas, em determinado momento, vieram à tona a criação de dívidas e o ceticismo em relação ao valor que estaria por trás delas. A crise da dívida de 1867 (quinze anos após o golpe de Luís Bonaparte) engoliu não apenas as instituições especulativas como também as finanças de Paris. Haussmann foi obrigado a se demitir (como fez Moses um século depois em Nova York). Houve desemprego e revolta. Luís Bonaparte tentou se salvar com uma estratégia nacionalista que desembocou na Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871. Ele perdeu a guerra e fugiu para a Inglaterra. Na esteira da guerra e do cerco alemão a Paris, os parisienses fizeram sua própria revolução: a Comuna de 1871, um dos maiores levantes urbanos da história da humanidade. O povo recuperou a “sua” cidade das mãos da burguesia e dos capitalistas – que a haviam saqueado e espoliado, em sua opinião. As vontades, necessidades e desejos do povo trabalhador e de uma burguesia radicalizada, ofendida pelo consumismo do Segundo Império, vieram à tona. Eles almejavam criar um tipo diferente de sociedade e de cidade<sup>25</sup>. Mas as classes dominantes, que haviam sido expulsas da cidade, mobilizaram os sentimentos rurais reacionários e esmagaram impiedosamente a Comuna, provocando um banho de sangue em que cerca de 30 mil *communards* foram mortos.

Resolver o problema da superacumulação por meio da urbanização rápida tem seu custo. Nos Estados Unidos dos anos 1930, foram implementadas novas instituições de financiamento imobiliário, entre outras, mas níveis ainda maiores de intervenção estatal ocorreram após 1945 (como a “GI Bill”, que deu acesso privilegiado a moradia e educação superior aos veteranos que retornavam ao país). O sistema funcionou bem por certo tempo, mas em 1967 já havia sinais de desgaste. Foi por volta dessa época que Moses foi afastado do poder. O processo foi dramaticamente interrompido com o crescente descontentamento político da geração de 1968 e o movimento a favor dos direitos civis que promovia levantes nos centros urbanos. As feministas da segunda onda viam os subúrbios como territórios hostis, e a geração de 1968, inspirada na crítica de Jane Jacobs ao estilo estéril do planejamento modernista de Moses, declarou revolta aberta contra o estilo de vida convencional dos subúrbios e as tentativas áridas de renovação empresarial urbana. As vontades, necessidades e desejos da geração de 1968 eram radicalmente diferen-

<sup>23</sup> Binyamin Appelbaum, “A Recovery that Repeats its Painful Precedents”, *The New York Times*, 28 jul. 2011.

<sup>24</sup> David Harvey, *Paris, capital da modernidade*, cit.

<sup>25</sup> Karl Marx, *A guerra civil na França* (trad. Rubens Enderle, São Paulo, Boitempo, 2011).

tes, demandavam outra forma de urbanização e estilo de vida. Para completar, o mercado imobiliário entrou em colapso logo em seguida, culminando na falência técnica de Nova York em 1973-1975 (a cidade tinha um dos maiores orçamentos municipais do mundo capitalista de então)<sup>26</sup>. Isso deu início a um período de grave recessão e reestruturação capitalista nos Estados Unidos, que afetou também o Reino Unido, a Europa e o resto da América do Norte, e finalmente se alastrou pelo mundo numa onda de reestruturação neoliberal do capitalismo<sup>27</sup>. A reestruturação implicou o crescimento acelerado do endividamento e a admissão da circulação de capital portador de juros enquanto motor primordial da acumulação infundável de capital. Também inaugurou o surgimento de um novo estilo de vida urbano e suburbano, mais sintonizado com as demandas libertárias da geração de 1968.

Depois de 2008, os chineses efetivamente reproduziram (provavelmente sem saber) o que Luís Bonaparte fizera em Paris após 1848 e o que os Estados Unidos haviam feito após a Segunda Guerra Mundial (inclusive os grandes investimentos em educação superior). Mas o fizeram de maneira muito mais rápida e em escala muito maior, conforme indicam os dados do consumo de cimento. Essa mudança de escala e de velocidade vai ao encontro do retrato que Marx fez do impulso do capital para reproduzir a si mesmo por meio da aceleração da expansão tanto dos valores de uso quanto dos valores de troca.

Não foi apenas a China que ensaiou uma emulação dessa história com tentativas de lidar com as crises por meio da promoção de grandes projetos de construção, erguendo casas e enchendo-as de coisas. A Turquia, por exemplo, passou pelo mesmo tipo de expansão no seu processo de urbanização: um novo aeroporto em Istambul, uma terceira ponte sobre o Bósforo, a urbanização do norte da cidade para criar um município de cerca de 45 milhões de pessoas. Praticamente todas as cidades turcas testemunharam um *boom* de construção. Por isso, a Turquia foi pouco afetada pela crise de 2008 (embora a sua indústria exportadora tenha sentido o baque). O país registrou a segunda maior taxa de crescimento no período pós-2008, perdendo apenas para a China. Como costuma ocorrer nesses casos, isso levou a uma revolta urbana (ecos distantes da Comuna de Paris), em 2013, centrada no Parque Taksim Gezi, em Istambul. Uma urbanização espetacular no Golfo Pérsico também absorveu muito capital excedente, embora nesse caso a mão de obra tenha sido majoritariamente imigrante. Depois de 2009, os mercados imobiliários dos principais centros urbanos da América do Norte e da Europa ressuscitaram rapidamente, mas com uma atividade voltada principalmente para projetos habitacionais

<sup>26</sup> William K. Tabb, *The Long Default: New York City and the Urban Fiscal Crisis* (Nova York, Monthly Review Press, 1982).

<sup>27</sup> David Harvey, *Neoliberalismo*, cit.

de luxo para os mais ricos. Nova York e Londres experimentaram um processo de recuperação imobiliária com construções de luxo em meio a uma ausência crônica de investimentos em moradia acessível para os mais pobres.

Recue um pouco e reflita sobre o que está ocorrendo. Há algo de insano nessa urbanização espetacular (“dissipação ilimitada e consumo irrestrito”) do Golfo Pérsico, uma região do mundo desesperada por melhorias no bem-estar das pessoas comuns. O mesmo precisa ser dito sobre os investimentos em condomínios de luxo para os ricos e ultraricos em Nova York, onde há uma crise de habitação acessível e 60 mil pessoas morando nas ruas. Nas favelas fervilhantes de Bombaim, pipocam edifícios suntuosos para os recém-bilionários. Muitos desses prédios de luxo estão desocupados. Dê um passeio pelas ruas de Nova York e observe quantas luzes estão acesas naqueles condomínios suntuosos que se erguem no céu noturno. Os edifícios são mero investimento, não apenas para os ultraricos, mas para qualquer um que tenha dinheiro de sobra para poupar.

Quando a China afrouxou o controle sobre o comércio exterior em 2016, apareceu um bando de compradores chineses em Nova York, Vancouver, São Francisco e outras cidades, em busca não de um lugar para viver, e sim de um lugar para aplicar seu dinheiro. Antes de 2007, quando os empresários irlandeses ainda estavam cheios de dinheiro, também investiram em imóveis na ilha de Manhattan. Os russos, os sauditas e os australianos estão fazendo o mesmo. E não são apenas os bilionários que alimentam esse tipo de prática. A classe média alta também se apropria de imóveis e terras sempre que pode. Fundos de pensão de trabalhadores investem em esquemas predatórios envolvendo ativos imobiliários, porque é lá que a taxa de retorno é mais alta. E pode acontecer de esses fundos serem coniventes com o despejo de inquilinos que investem nos fundos de pensão que bancam o financiamento<sup>28</sup>.

O capital está construindo cidades para que pessoas e instituições invistam nelas, e não cidades para as pessoas comuns viverem. Quem em sã consciência considera isso sensato?

Quando o *boom* de construção na China diminuiu, a capacidade de produção excedente nos setores de cimento e aço se tornou um problema. A demanda global por insumos básicos caiu e os termos do comércio deixaram de ser favoráveis para os produtores de matérias-primas. Em 2013, o Brasil estava nadando em dinheiro. Em 2016, já se encontrava em profunda recessão. Desde 2014, os problemas econômicos têm se aprofundado em boa parte da América Latina, porque o mercado chinês não é mais tão vigoroso. Até mesmo a Alemanha, que exporta máquinas-ferramenta e equipamento de ponta para a China, sentiu o baque.

<sup>28</sup> Matthew Goldstein, Rachel Abrams e Ben Protess, “How Housing’s New Players Spiraled into Banks’ Old Mistakes”, *The New York Times*, 26 jun. 2016.

O capital continua a se deslocar em busca de um “ajuste espacial” para os seus problemas de superacumulação, mas a taxas cada vez mais aceleradas. Tradicionalmente, o imperialismo econômico é isso. No século XIX, capital e mão de obra excedentes da Inglaterra se deslocaram para os Estados Unidos ou para a Austrália, a África do Sul e a Argentina. A Inglaterra emprestou fundos a esses países para a construção de ferrovias e infraestruturas com aço e material rodante excedentes da Inglaterra. O aumento da produtividade na economia receptora resgatou a dívida a tempo. É assim que a ajuda externa se estrutura até hoje. Economias capitalistas dinâmicas foram produzidas em novos locais (como os Estados Unidos em relação à Inglaterra e, mais recentemente, os investimentos estadunidenses na China). As estratégias imperialistas de proteger quotas de mercado e conter a concorrência advinda desses novos espaços, como a Inglaterra fez com a Índia, não foram tão bem-sucedidas. Elas não conseguiram produzir um crescimento global exponencial e, nos anos 1930, ajudaram a produzir a depressão.

Procurar ajustes espaciais para resolver problemas de superacumulação continua a ser uma prática capitalista comum. Os japoneses passaram a exportar capital excedente a partir do final da década de 1960; a Coreia do Sul seguiu o exemplo no final da década seguinte; e, no início dos anos 1980, Taiwan fez o mesmo. Fluxos de capital excedente provenientes desses territórios escoaram para todas as partes do mundo, mas foram especialmente importantes para construir a capacidade produtiva na China<sup>29</sup>.

Agora é a vez da China de recorrer à exportação. Há sobrecapacidade na produção de aço. Como se lida com isso? O Estado tenta reduzir a capacidade fechando usinas. Mas isso é algo difícil de realizar em razão da ferrenha resistência local às perdas de postos de trabalho. Os chineses estão propondo outra rodada de investimentos em infraestruturas urbanas. Planejam criar uma cidade para cerca de 130 milhões de pessoas – o equivalente às populações do Reino Unido e da França somadas. Será centrada em Pequim. Os investimentos serão concentrados nas áreas de comunicações e transporte de alta velocidade<sup>30</sup>. O que está sendo proposto é a racionalização de três grandes regiões urbanas: uma centrada em Pequim, a segunda em Xangai e a terceira na província de Cantão. Já existem diversas cidades com milhões de habitantes em cada uma dessas regiões. Aparentemente o plano é buscar uma ordem superior de racionalização das relações espaciais entre elas como forma de absorver a capacidade excedente de produção de cimento e aço nos próximos anos.

A China também está exportando o máximo de aço que pode a um preço baixo. Usinas siderúrgicas com custos mais altos em outras partes do mundo (na

Inglaterra, por exemplo) estão sendo obrigadas a fechar as portas. A China está sendo denunciada à OMC por praticar *dumping* com aço subsidiado no mercado mundial. O país certamente será obrigado a interromper esse comércio se quiser obter o “estatuto de economia de mercado” na OMC. Mas as corporações chinesas também estão concedendo empréstimos em termos relativamente fáceis a outros países para que construam ferrovias, estradas e infraestruturas físicas usando o aço e a mão de obra excedente da China, como está ocorrendo na África oriental, por exemplo, embora haja lá muita mão de obra disponível. O mesmo está ocorrendo na América Latina. Há propostas de construir um concorrente do Canal do Panamá na Nicarágua e vias férreas transcontinentais entre o Pacífico e a costa atlântica. Desse modo, seria possível ir por terra do porto de Lima a São Paulo em cerca de um dia e meio. Diversas propostas desse tipo foram apresentadas há algum tempo na América Latina, mas ninguém as levou a sério – até que os chineses anunciaram que tinham cimento e aço e emprestariam dinheiro para a aquisição desses materiais e a construção das infraestruturas. Embora o custo do transporte continue baixo, essa é uma alternativa lenta, e “tempo é dinheiro” na esfera da circulação. A China também está reconstruindo a Rota da Seda, desde o interior do país até Istambul (chegando à Europa) via Teerã. Há planos de uma rede ferroviária de alta velocidade e alta capacidade da Ásia Central à Europa – sob o título “*One Belt, One Road*” [Um cinturão, uma rota]<sup>31</sup>. Esse projeto, com sua ramificação via Paquistão até o porto de Gwadar, no Mar Arábico, absorverá muito capital excedente e um pouco da capacidade de produção de aço excedente. Cidades da Ásia Central ao longo da Rota da Seda já estão passando por surtos de construção e aumento repentino de comércio com a China. Quase certamente, a facilidade de acesso ao Golfo Pérsico via Paquistão (que evita a tediosa travessia marítima do congestionado e militarmente vulnerável Estreito de Malaca) significará para a China uma expansão considerável dos canais de comércio com a região.

Os espaços relativos da economia global estão sendo revolucionados (de novo!) não porque se trata de uma boa ideia ou porque isso seja desesperadamente desejado ou necessário, e sim porque essa é simplesmente a melhor forma de evitar a desvalorização e a depressão. O objetivo é a absorção do capital excedente. Marx compreendeu isso muito bem:

depois do desejo de obter dinheiro, o desejo mais urgente é o de livrar-se dele novamente, por meio de qualquer tipo de investimento que proporcione juros ou lucro; pois o dinheiro, por si só, não rende nada. [...] a fim de absorver as acumulações periódicas da

<sup>29</sup> David Harvey, *O novo imperialismo*, cit.

<sup>30</sup> Mian Ridge, “Three New ‘Engines of Growth’ to Watch in China”, *Financial Times*, 18 set. 2014.

<sup>31</sup> Charles Clover e Lucy Hornby, “China’s Great Game: Road to a New Empire”, *Financial Times*, 12 out. 2015.

riqueza excedente da sociedade que não encontram saída nos ramos habituais de investimento, são absolutamente necessárias [...] empresas que necessitem de um grande capital para se desenvolver e que escoem periodicamente o excedente do capital desocupado.<sup>32</sup>

O resultado, nesse caso específico, é a produção de uma base material inteiramente nova de relações espaciais para a reconstrução dos regimes divergentes de valor no mundo.

O capital não é o único agente envolvido nessa reestruturação espacial. Movimentos migratórios de massa estão aglomerando forças de trabalho em configurações concorrenciais. Isso já aconteceu antes, mas hoje, assim como no caso do cimento chinês, está acontecendo em uma escala sem precedentes. Não é apenas o volume do movimento migratório que conta. As forças de trabalho do mundo foram postas numa relação concorrencial umas com as outras por causa da redução do custo do transporte e das comunicações, do surgimento de novas tecnologias organizacionais e da mudança de velocidade (mais do que a redução dos custos) do movimento, bem como do desenvolvimento de complexas cadeias produtivas. A compressão espaço-temporal tanto no capital quanto no trabalho produz uma gama de tensões e respostas políticas que varia de movimentos anti-imigração e ressurgimento de paixões nacionalistas ao acolhimento espontâneo do multiculturalismo como prenúncio de um futuro diferente para a humanidade.

As tensões decorrentes dessas mudanças rápidas estão por toda parte e as populações afetadas por elas estão cientes disso, sentem as consequências e implicações desse processo e às vezes agem com base nessa percepção. Na noite do dia 20 de junho de 2013, por exemplo, mais de 1 milhão de pessoas tomaram as ruas das cidades brasileiras em um movimento maciço de protesto. A maior manifestação ocorreu no Rio de Janeiro e reuniu mais de 100 mil pessoas. Como era de se esperar, foi recebida com violência policial. Protestos esporádicos já estavam ocorrendo havia mais de um ano em diversas cidades brasileiras. Liderados pelo Movimento Passe Livre, que há muito vinha se mobilizando a favor do transporte gratuito para os estudantes, os protestos anteriores haviam sido em larga medida ignorados. No início de junho de 2013, porém, o aumento das passagens do transporte público desencadeou protestos mais amplos. Muitos outros grupos, inclusive de anarquistas *black blocs*, surgiram para defender os manifestantes a favor do “passe livre” e outros quando estes sofreram repressão policial. No dia 13 de junho, o movimento já havia se transformado em protesto generalizado contra a repressão policial, o fracasso dos serviços públicos em atender às necessidades sociais e a deterioração da qualidade

<sup>32</sup> *The Currency Theory Reviewed* (Londres, 1845, p. 32), citado em Karl Marx, *O capital*, Livro III, cit., p. 471.

de vida urbana. Somaram-se aos motivos de descontentamento os enormes gastos de recursos públicos para sediar megaeventos como a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, em detrimento do interesse público, mas em benefício – como amplamente se compreendia – dos interesses corruptos de empreiteiras e construtoras<sup>33</sup>.

Os protestos no Brasil eclodiram menos de um mês após milhares de pessoas tomarem as ruas das principais cidades da Turquia, onde a revolta inicial contra a construção de um shopping center na já rara área verde do Parque Taksim Gezi, em Istambul, se alastrou e se tornou um protesto mais amplo contra o caráter cada vez mais autocrático do governo e a violência da reação policial. Um descontentamento generalizado em relação ao ritmo e ao caráter das transformações urbanas (com o despejo de populações inteiras, expulsas das áreas valorizadas do centro da cidade) também há muito já vinha borbulhando e só jogou mais lenha na fogueira. A deterioração da qualidade da vida urbana em Istambul e em outras cidades, para todos, exceto para as classes mais abastadas, foi evidentemente uma questão importante<sup>34</sup>.

As manifestações na Turquia e no Brasil levaram Bill Keller, do *The New York Times*, a escrever uma coluna intitulada “The Revolt of the Rising Class” [A revolta da classe ascendente]. Os levantes “não foram fruto de desespero”, escreveu ele, porque tanto o Brasil quanto a Turquia haviam passado por um crescimento econômico notável em um período de crise global. Eram “as últimas de uma série de revoltas provenientes das classes médias – as classes urbanas, escolarizadas e não necessitadas, que são de certa forma as principais beneficiárias dos regimes que agora rejeitam”, mas também tinham algo a perder ao protestar nas ruas. “Quando atingiram a massa crítica, os movimentos já reivindicavam algo maior e mais incoeso, como dignidade, os pré-requisitos da cidadania, as obrigações do poder.”<sup>35</sup> As revoltas significavam “uma nova alienação, um novo anseio”, que tinham de ser encarados. Tanto na Turquia quanto no Brasil, o poder político optou pelo caminho da reação e da repressão (muito violenta na Turquia), em vez da adaptação.

Mas o que é exatamente essa “nova alienação”, o que ela significa? Há diversos sinais identificáveis. Dos protestos antiglobalização que originalmente ganharam destaque em Seattle, em 1999, passando pelos diversos movimentos europeus como os Indignados na Espanha e os manifestantes da Praça Sintagma, em Atenas, até as revoltas do que foi chamado a “Primavera Árabe” (que começou na Tunísia e

<sup>33</sup> Bruno Carvalho, Mariana Cavalcanti e Vyjayanthi Rao Venuturupalli (orgs.), *Occupy All Streets: Olympic Urbanism and Contested Futures in Rio de Janeiro* (Nova York, Terraform, 2016).

<sup>34</sup> Arzu Öztürkmen, “The Park, the Penguin and the Gas: Performance in Progress of Gezi Events”, *The Drama Review*, 2014.

<sup>35</sup> Bill Keller, “The Revolt of the Rising Classes”, *The New York Times*, 30 jun. 2013.

se alastrou pelo Egito e pela Síria, alcançando a Ucrânia), seguidas dos vários movimentos “Occupy” em Nova York e Londres e dos movimentos a favor da autonomia na Escócia, na Catalunha e em Hong Kong, além das recentes manifestações de direita no Brasil, da eleição de governos de extrema direita na Hungria, Polônia e Estados Unidos e da votação secessionista do Brexit no Reino Unido – tudo isso indica um clima cada vez maior de dissenso, descontentamento e até mesmo desespero. A loucura da razão econômica, com todos os impactos provocados por suas medidas de austeridade e economia de livre mercado, parece estar produzindo uma loucura paralela – raiva, nesse caso – na esfera política.

No livro *17 contradições e o fim do capitalismo*, sugeri que havia três contradições que representavam um perigo claro e presente à sobrevivência do capitalismo na era atual<sup>36</sup>. A primeira é o estado de deterioração em que se encontra nossa relação com a natureza (desde o aquecimento global e a extinção de espécies até a escassez de água e a degradação ambiental). A segunda é o crescimento exponencial infundável, que havia atingido um ponto de inflexão na curva de crescimento composto que estava rapidamente se mostrando cada vez mais difícil de se manter diante da progressiva escassez de oportunidades de investimento rentável. Tal demanda de crescimento composto também passou a exercer uma grande pressão sobre aquela forma particular de capital que pode aumentar sem limites, em especial o dinheiro nas suas formas de crédito – que parecia estar em uma espiral de descontrole. A terceira consiste naquilo que denominei “alienação universal”. Marx não se vale muito desse conceito em *O capital*, mas ele o reverbera em sua obra anterior, desde os *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* até os *Grundrisse*, em que aparece como tema dominante. A teoria do valor-trabalho contida em *O capital* descreve o trabalho alienado sem se referir a ele como tal, possivelmente porque Marx sentia que o hegelianismo do termo não atrairia seu público-alvo (as classes trabalhadoras inglesas e francesas). Evitar o termo, no entanto, não elimina seu conteúdo<sup>37</sup>.

O valor em Marx é trabalho alienado socialmente necessário. Na medida em que capital é valor em movimento, a circulação de capital implica a circulação de formas alienadas. Até que ponto essas alienações estão por trás das evidentes manifestações políticas de descontentamento e desespero?

A alienação inerente à valorização é bem conhecida e de longa data. O trabalhador que cria valor é afastado (alienado) dos meios de produção, do comando do processo de trabalho, do seu produto e do mais-valor. O capital faz com que pareça que muitos dos poderes inerentes (e dádivas gratuitas) do trabalho e da

<sup>36</sup> David Harvey, *17 contradições e o fim do capitalismo* (trad. Rogério Bettoni, São Paulo, Boitempo, 2016).

<sup>37</sup> Bertell Ollman, *Alienation*, cit.

natureza pertencem a ele e se originam dele, porque é o capital que lhes confere significado. Até mesmo a mente e as funções corporais do trabalhador, assim como todas as forças naturais livremente investidas na produção, aparecem como poderes contingentes do capital, porque é ele que as mobiliza. A alienação da relação com a natureza e com a natureza humana é, portanto, uma pré-condição para a afirmação da produtividade e dos poderes do capital. Além disso, a produtividade do trabalho é conduzida por tecnologias escolhidas pelo capital não apenas para confirmar seu controle sobre o trabalhador mas também para minar a dignidade e os supostos poderes do trabalho tanto na produção quanto no mercado. A não ser que alguma resistência seja efetivamente mobilizada, o destino dos trabalhadores será o trabalho desprovido de sentido, empregos contingentes, desemprego e salários cada vez mais baixos. Não há dúvida de que em muitas partes do globo a alienação do trabalho vem se intensificando e aprofundando com as transformações tecnológicas, a supressão do poder organizado dos movimentos da classe trabalhadora e a mobilização da concorrência global por meio da reorganização dos regimes territoriais de valor no mundo. O desemprego e, não menos importante, o subemprego e a perda de sentido são subprodutos das fortes correntes de transformação tecnológica e organizacional. Os discursos utópicos sobre as novas configurações tecnológicas baseadas em inteligência artificial que estão nos conduzindo ao limiar de um admirável mundo novo de consumismo emancipatório e tempo livre para todos ignoram completamente a alienação desumanizante dos processos de trabalho residuais e dispensáveis que decorrem desse processo. É impossível ignorar os efeitos coletivos traumáticos e destrutivos do fechamento de indústrias manufatureiras sobre os laços sociais que uniam as pessoas em determinado tempo e espaço. Marx, por sua vez, considerava que era preciso traçar uma importante distinção entre trabalhadores que eram objetificados e explorados pelo capital, mas ainda sentiam que eram necessários (portanto mantinham certo orgulho e dignidade), e os trabalhadores que eram alienados, despossuídos e se sentiam descartáveis<sup>38</sup>. As condições de emprego decorrentes da mecanização e da automação tendiam para esse segundo tipo de trabalho. A perda da dignidade e do respeito é sentida quase tão duramente quanto a perda do emprego.

Mas há outras dimensões nesse problema. Trabalhadores são contratados individualmente e competem entre si por oportunidades de emprego. Eles precisam se vender ao capital como portadores de força de trabalho alardeando suas qualidades e ao mesmo tempo diminuindo e depreciando as de seus concorrentes. A concorrência entre trabalhadores frustra a cooperação e impede a construção de solidariedades de classe. Introduce toda sorte de fragmentações. Os trabalhadores passam a

<sup>38</sup> Karl Marx, *Grundrisse*, cit.

estranhar uns aos outros. Isso se torna ainda mais repulsivo quando se mistura ao racismo, às discriminações de gênero e de orientação sexual, às hostilidades religiosas, étnicas ou sexuais no mercado de trabalho (divisões que, historicamente, o capital promove com avidez). Concorrência aguda (sob condições de desemprego disseminado e maior integração espacial das forças de trabalho do mundo) está intensificando essas divisões e tensões no interior da força de trabalho, com consequências políticas previsíveis, particularmente em situações em que as solidariedades sociais anteriores se dissolveram por causa da desindustrialização. Foram esses, por exemplo, os sentimentos que Donald Trump soube explorar tão bem em 2016, em sua campanha à presidência dos Estados Unidos.

A alienação no processo de realização toma diversas formas e muitas vezes é uma faca de dois gumes. O estado das vontades, necessidades e desejos está sempre na origem da demanda. Marx considerava, sem ironia, que a criação de novas vontades e necessidades era parte da missão civilizatória do capital<sup>39</sup>. É difícil contestar essa opinião quando consideramos, por exemplo, todos os valores de uso que agora podem ser mobilizados para prolongar a expectativa de vida das pessoas, que nos primórdios do capitalismo era de 35 anos em média e hoje, em muitas regiões do mundo, é de setenta anos ou mais. O capital produz uma cornucópia de valores de uso a partir da qual as pessoas podem criar relações sociais e formas não alienadas de estar na natureza e umas com as outras. A potencialidade está lá. O mundo é repleto de brechas com espaços heterotópicos em que grupos buscam, em meio a um mar de alienação, construir modos não alienados de viver e de ser. As alienações experimentadas na produção podem ser recuperadas por meio do consumo compensatório de valores de uso que melhoram a qualidade da vida cotidiana<sup>40</sup>. Por outro lado, as vontades, necessidades e desejos do complexo militar-industrial, do lobby armamentista ou da indústria automobilística foram e continuam a ser fontes poderosas de demanda agregada, projetada pela influência corporativa sobre o aparato estatal e pelas escolhas impostas de estilo de vida. Suas contribuições ao bem-estar social são no mínimo dúbias. A base econômica de uma cidade como São Paulo é uma indústria automobilística que produz veículos que ficam horas parados em engarrafamentos, entupindo ruas, cuspidos poluentes e isolando indivíduos uns dos outros. Quão saudável é essa economia?

O que fazer com os carros é uma das questões cruciais de nosso tempo, e ninguém parece muito disposto a discuti-la (exceto em termos de melhor gestão dos fluxos por

<sup>39</sup> Ibidem, p. 283-4.

<sup>40</sup> André Gorz, *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica* (trad. Ana Montoia, São Paulo, Annablume, 2003); sobre os limites do consumismo compensatório, ver Karl Marx, *Grundrisse*, cit., p. 207 e seg.

tecnologias de cidades inteligentes). No entanto, há sinais de alerta por toda parte. No início do inverno de 2016, todas as cidades chinesas ao norte do rio Yangtzé foram cobertas por uma névoa fatal, que fechou aeroportos e causou engarrafamentos por muitos dias. Ocorreram casos semelhantes em Nova Délhi, Teerá e até mesmo em Paris e (com menos intensidade) Londres. Nas últimas duas décadas, a expectativa de vida na região ao norte do Yangtzé vem diminuindo, e suspeita-se de que a deterioração da qualidade do ar seja a principal razão. Vale lembrar que alguns dos piores poluentes industriais são aço e cimento, além das usinas termelétricas movidas a carvão.

A relação entre o processo de realização e a história do consumismo se sobrepõe à evolução histórica dos distintos estilos de vida. A construção dos subúrbios e dos condomínios fechados nos Estados Unidos pode ter salvado o capitalismo global das condições de retorno à depressão econômica, mas também confinou as escolhas de habitação, de maneira que estejam ligadas não apenas a exigências materiais (por exemplo, ter carro e casa própria) mas também sejam acompanhadas de justificativas políticas e ideológicas de certo modo de vida (o chamado “*american dream*”) que limita e aprisiona, em vez de ampliar os horizontes da realização pessoal. A ascensão do “consumismo compensatório” nas classes trabalhadoras é complementada pelo consumismo conspicuo de “bens hedonistas” em todas as classes sociais, que não remontam a nada além de um desperdício conspicuo. A busca infundável de satisfação de vontades, necessidades e desejos – que não podem nunca ser realmente satisfeitos – vem necessariamente acompanhada do crescimento exponencial infundável da produção. Embora seja errado considerar a reconfiguração de todas as novas vontades, necessidades e desejos como “alienada”, não é difícil enxergar que as alienações estão proliferando na sociedade consumista que o capital necessariamente constrói e vêm se intensificando em muitos lugares e em certas classes marginalizadas. O abismo entre a promessa e a realização vem se alargando.

Se a circulação de capital está sob imensa pressão competitiva para se acelerar, isso exige que haja também um aumento na velocidade do consumo. Eu ainda uso os talheres que eram dos meus avós. Se o capital produzisse apenas itens desse tipo, já teria afundado há muito tempo numa crise permanente. O capital desenvolve toda uma gama de táticas – da obsolescência programada à mobilização de pressões de propaganda e à moda como ferramentas de persuasão – para acelerar o tempo de rotação no consumo. Considere o caso de uma produção original da Netflix. O fato de eu a consumir não impede que outros também a consumam, e o tempo de consumo é de, digamos, cerca de uma hora – em comparação com os meus talheres, que já duram mais de cem anos. O valor implicado na produção e na transmissão do filme por meio de complexas infraestruturas de comunicação é recuperado pelos milhões de usuários que assinam a Netflix. Não é à toa que o capital tem cultivado uma “sociedade do espetáculo” a fim de garantir uma forma de crescimento do mercado de

produtos efêmeros para consumo instantâneo<sup>41</sup>. As consequências sociais são amplas, e muitas delas são facas de dois gumes. A rapidez na transformação de estilos de vida, tecnologias e expectativas sociais faz com que se multipliquem as inseguranças sociais e aumentem as tensões sociais entre gerações, assim como entre grupos sociais cada vez mais diversificados. Todos parecem mais interessados em consultar seus *smart-phones* ou *tablets* do que em conversar uns com os outros. O enraizamento dos significados culturais torna-se mais precário e aberto às reconstruções casuais, conforme as fantasias contemporâneas. Identidades flutuam em um mar de vínculos transitórios e efêmeros. Pessoas e produtos que correspondam a isso são necessários para que o capital cumpra a exigência de crescimento exponencial infundável. Da perspectiva da acumulação infundável de capital, é com isso que se parece o “consumo racional”.

As condições e a localização da realização e apropriação de valor são muito diferentes das do processo de produção. O original da Netflix pode ter sido produzido em Los Angeles, mas seu processo de realização ocorre em mercados midiáticos de todo o país ou até mesmo do mundo inteiro. Meu computador foi produzido em Shenzhen pela Foxconn e seu valor é realizado pela Apple nos Estados Unidos. A primeira empresa leva uma margem muito pequena de lucro, a segunda fica com o grosso do valor e do mais-valor. É assim que se arquitetam transferências de valor de um espaço para outro<sup>42</sup>. A justeza dessa dinâmica tem sido muito questionada.

Formas oportunistas de capital também intervêm no momento da realização para se apropriar de muito mais valor do que é garantido. Quando fundos *hedge* assumem o controle de companhias farmacêuticas ou compram quadras e mais quadras de casas hipotecadas para revendê-las a preços exorbitantes a consumidores necessitados, a realização torna-se um momento para a organização sistemática de acumulação por espoliação<sup>43</sup>. Se você perguntar às pessoas quais são as principais formas de exploração nos Estados Unidos hoje, elas dirão que são as taxas de cartão de crédito; citarão os proprietários de imóveis, os senhorios e os especuladores imobiliários; contarão o que as empresas de telefonia fazem com as contas telefônicas, cobrando *roaming* de lugares onde você sabe que nunca esteve; mencionarão os seguros de saúde, os impostos locais, o preço do transporte e por aí vai. Há uma quantidade imensa de métodos de extorsão (às vezes comparáveis a roubo) ocorrendo no momento da realização. A política das lutas no campo da realização é visível por toda parte. São inúmeros os descontentamentos.

<sup>41</sup> Guy Debord, *A sociedade do espetáculo* (trad. Estela dos Santos Abreu, Rio de Janeiro, Contraponto, 1997).

<sup>42</sup> Costis Hadjimichalis, *Uneven Development and Regionalism: State, Territory and Class in Southern Europe* (Londres, Croom Helm, 1987).

<sup>43</sup> David Harvey, *O novo imperialismo*, cit.

A política envolvida na extração de riqueza no momento da realização é diferente daquela gerada em torno da produção. É difícil teorizar e organizar essas lutas. Não se trata de capital contra trabalho, e sim de capital contra todo o mundo, não entre trabalho e capital, e sim entre compradores e vendedores. A população de classe média é compradora e se envolve em lutas (às vezes do tipo “*not in my backyard*”\*) contra comerciantes extorsivos. Será que a classe trabalhadora procura aliados na classe média contra os especuladores imobiliários? A política da realização é tão robusta e atormentada quanto a da valorização, embora tenham uma estrutura diferente e correspondam a formas diversas de alienação. No final das contas, movimentos revolucionários como a Comuna de Paris em 1871 ou Maio de 68 às vezes são tão tributários de uma burguesia radicalizada e alienada que se vê impedida de realizar seus sonhos e ambições quanto das classes trabalhadoras. Mas organização interclassista pode ser difícil e, frequentemente, frustrante. A crescente proeminência da acumulação por espoliação (em primeiro lugar, as perdas maciças provocadas pela recente crise de execuções hipotecárias) aprofunda o desespero e o descontentamento de muitos setores da população<sup>44</sup>.

Muita riqueza é extraída pelo capital na realização, e ainda mais é sugada por ele na distribuição. A forma mais flagrante de redistribuição transparece na diminuição da participação do trabalho no produto nacional em boa parte do mundo e no fato de os trabalhadores, em particular nos últimos tempos, não terem recebido nenhum benefício com o aumento da produtividade. Ao contrário, com a transformação tecnológica, os trabalhadores sofreram desemprego e rápida deterioração da qualidade do trabalho. A passagem do trabalho produtivo para o trabalho improdutivo, acompanhada de uma burocratização excessiva do Estado e das empresas, não ajudou. As crescentes desigualdades de renda e de riqueza registradas em quase todo o mundo capitalista (com raras exceções) somam-se ao conjunto de forças que formam profundos descontentamentos políticos<sup>45</sup>.

A política e os mecanismos de outras redistribuições são, no entanto, muito diferentes, e as consequentes alienações que surgem são tão complexas que exigiriam um livro só sobre elas. As diferentes facções do capital – comerciantes, financistas,

\* “*Not in my backyard*” é uma expressão que pode ser traduzida literalmente por “não em meu quintal”. Ela é usada para se referir às práticas de oposição a determinados projetos que possam afetar seu entorno geográfico. Tais movimentos são geralmente protagonizados por associações de moradores combatendo, por exemplo, a verticalização do bairro ou a construção de instalações públicas que, no seu entender, acarretariam a desvalorização real ou simbólica da região. (N. T.)

<sup>44</sup> Saskia Sassen, *Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy* (Cambridge, Belknap, 2014).

<sup>45</sup> Thomas Piketty, *O capital no século XXI* (trad. Monica Baumgarten de Bolle, São Paulo, Intrínseca, 2014).



proprietários imobiliários e fundiários, capitalistas industriais – às vezes cooperam entre si, complementando umas às outras. Segundo Marx, práticas usurárias já deveriam ter desaparecido, mas os financistas capitalistas – que tipicamente exibem o “agradável caráter híbrido de vigaristas e profetas”<sup>46</sup> – dão as cartas nas transações financeiras e canalizam a circulação de capital portador de juros de maneira nada benéfica (exceto para eles próprios). As táticas predatórias de empréstimo, por exemplo, são amplamente disseminadas. Esses empréstimos não visam promover a produção de valor, mas enredar os produtores numa teia de obrigações de dívida a tal ponto que, no fim, não lhes resta opção a não ser entregar seus direitos de propriedade ao credor. Tais táticas eram amplamente conhecidas no tempo de Marx, e o Livro III d’*O capital* se refere com frequência a elas. Nos últimos anos, as instituições financeiras envolvidas em empréstimos predatórios para as classes trabalhadoras conseguiram roubar com sucesso os ativos imobiliários das populações vulneráveis. Os empréstimos predatórios aos Estados frequentemente levam a ajustes estruturais impostos pelo FMI que diminuem o bem-estar de populações inteiras com o único objetivo de resgatar dívidas acumuladas (o problema atual da Grécia)<sup>47</sup>. O tratamento punitivo que a Argentina sofreu após o pronunciamento judicial (em Manhattan, porque as dívidas eram denominadas em dólar) a favor das demandas dos “abutres do capital” significou uma transferência de riqueza para os bolsos dos fundos *hedge*. Governos de diversas partes do mundo também são notórios por sua corrupção – Brasil, China e Itália são citados com frequência pela imprensa financeira.

Os próprios escritos de Marx sobre essa questão no Livro III d’*O capital* refletem tanto as confusões do assunto em questão quanto a confusão do próprio Marx para integrar da melhor maneira possível a circulação peculiar do capital portador de juros à sua concepção geral do capital como valor em movimento. Tentei reconstituir suas opiniões e sintetizar esses escritos em *Para entender O Capital: Livros II e III*<sup>48</sup>. Como evidentemente não tenho como reproduzir essa reconstituição aqui, limito-me a citar uma longa passagem em que Marx descreve uma sequência típica de acontecimentos na esfera financeira. Convido os leitores a comparar essa sequência às linhas gerais do que ocorreu na crise financeira de 2007-2008 (substituindo “hipotecas” por “letras de câmbio”):

Num sistema de produção em que toda a rede de conexões do processo de reprodução se baseia no crédito, quando este cessa de repente e só se admitem pagamentos à vista, tem

<sup>46</sup> Karl Marx, *O capital*, Livro III, cit., p. 500.

<sup>47</sup> Costas Lapavistas e Heiner Flassbeck, *Against the Troika: Crisis and Austerity in the Eurozone* (Londres, Verso, 2015).

<sup>48</sup> David Harvey, *Para entender O Capital: Livros II e III*, cit.

de se produzir evidentemente uma crise, uma demanda violenta de meios de pagamento. À primeira vista, a crise se apresenta como uma simples crise de crédito e crise monetária. E, com efeito, trata-se apenas da conversibilidade das letras de câmbio [hipotecas] em dinheiro. Mas a maioria dessas letras [hipotecas] representa compras e vendas reais, cuja extensão, que vai muito além das necessidades sociais e acaba servindo de base a toda a crise. Ao mesmo tempo, há uma massa enorme dessas letras [hipotecas] que representa apenas negócios fraudulentos, que agora vêm à luz e estouram como bolhas de sabão; além disso, há especulações feitas com capital alheio, porém malogradas; e, por fim, capitais-mercadorias [casas] desvalorizados, ou até mesmo invendáveis [...]. Esse sistema artificial inteiro de expansão forçada do processo de reprodução não pode naturalmente ser remediado fazendo com que um banco, por exemplo, o Banco da Inglaterra [o Federal Reserve], conceda a todos os especuladores, com suas cédulas, o capital que lhes falta e compre todas as mercadorias depreciadas [casas] a seus antigos valores nominais. Além disso, aqui tudo aparece distorcido, pois nesse mundo de papel jamais se manifestam o preço real e seus fatores reais [...]. Principalmente nos centros em que se concentra todo o negócio monetário do país, como Londres, nota-se claramente essa distorção; todo o processo se torna incompreensível, mas em menor medida nos centros de produção.<sup>49</sup>

Isso nos leva a considerar o poder e a importância daquele aspecto da distribuição que opera como uma câmara de compensação para a conversão de dinheiro ocioso em circulação de capital portador de juros. É aqui, pela criação de antivalor e pela promoção de servidão por dívida, que a loucura da razão econômica assume o controle. Em um mundo com excesso de liquidez (denominação frequentemente usada pelo FMI em seus relatórios), esse dinheiro precisa ser mobilizado, centralizado e emprestado com a garantia e a certeza de uma produção futura de valor. A conversão de dinheiro excedente em uma forma de anticapital que demanda seu quinhão futuro é realizada nas instituições financeiras. O credor retém o direito de propriedade referente ao dinheiro ao longo do processo todo e espera receber de volta esse valor monetário em um prazo estipulado, acrescido de um excedente, que é o juro, e de um ganho de capital, que também pode ser alcançado com um aumento das valorações dos ativos da empresa na bolsa.

O gerenciamento geral dessa operação de conversão (ou metamorfose, como Marx preferiria se referir a ela) do dinheiro em antivalor está localizado em larga medida naquilo que chamei em outro lugar de “nexo Estado-finanças”<sup>50</sup>. Nos Estados Unidos (assim como na maior parte das democracias ocidentais), isso é constituído de um departamento do Tesouro (que tem sempre um estatuto especial no interior

<sup>49</sup> Karl Marx, *O capital*, Livro III, cit., p. 547.

<sup>50</sup> David Harvey, *17 contradições e o fim do capitalismo*, cit.

do aparato estatal) e de um Banco Central, que é o ápice do sistema bancário privado. A primeira estrutura desse tipo surgiu com a fundação do Banco da Inglaterra, em 1694. Uma carta régia de Guilherme e Maria concedeu monopólio bancário e garantiu amplos poderes a um grupo de comerciantes ricos em troca de crédito e financiamento a um Estado que havia sido quebrado pelo desregramento dos reis da Casa de Stuart. O equilíbrio de poder entre o Estado e as finanças se deslocou com o tempo. Desde que Bill Clinton admitiu, nos primeiros anos de sua presidência, que seu programa econômico dependia do consentimento dos credores, o posto de secretário do Tesouro dos Estados Unidos tem sido ocupado por alguém da Goldman Sachs.

Esse nexo Estado-finanças não é sujeito a controle democrático ou popular. Sua função é garantir a regulação e o controle do sistema bancário privado, em benefício do capital como um todo. A natureza das finanças, sugere Marx, é garantir o gerenciamento do “capital comum de uma classe”<sup>51</sup>. Da perspectiva do todo, o nexo Estado-finanças é análogo ao sistema nervoso central de qualquer totalidade orgânica. Ele sanciona e garante práticas de alavancagem que pegam dinheiro ocioso em depósitos e o convertem em anticapital. O papel do anticapital, como vimos anteriormente, é comprometer o futuro do maior número possível de agentes econômicos e condenar todos – consumidores, produtores, comerciantes, proprietários e até os próprios financistas – à servidão por dívida.

“O capital, como mercadoria de tipo específico” sempre teve “um modo peculiar de alienação”:

toda a enorme expansão do sistema de crédito, todo o crédito em geral, é explorada por eles como se fosse seu capital privado. Esses sujeitos possuem o capital e a receita sempre em forma de dinheiro ou de direitos que versam diretamente sobre o dinheiro. A acumulação da fortuna dessa classe pode ter lugar de maneira muito distinta da acumulação real, mas, em todo caso, demonstra que essa classe embolsa uma parcela considerável desta última.<sup>52</sup>

O problema é que a finança normalmente:

estabelece o monopólio [em certas esferas] e, com isso, provoca a ingerência estatal. Produz uma nova aristocracia financeira, uma nova classe de parasitas sob a forma de projetistas, fundadores e diretores meramente nominais; todo um sistema de especulação e de fraude no que diz respeito à fundação de sociedades por ações e ao lançamento e comércio de ações.<sup>53</sup>

<sup>51</sup> Karl Marx, *O capital*, Livro III, cit., p. 416.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 396 e 535.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 496.

Ademais, “se o mais-valor é concebido sob a forma sem conceito dos juros, o limite é apenas quantitativo” e a consequência disso, acrescenta Marx, “desafia toda a fantasia”<sup>54</sup>. A má infinidade mostra sua cara. O bônus que os operadores de Wall Street deram a si mesmos no período de crise “desafia toda a fantasia”. Foi isso o que causou indignação no movimento Occupy, que surgiu de repente no Zuccotti Park de Wall Street, em 2011.

O efeito disciplinador do ônus da dívida é vital para a reprodução da forma contemporânea do capital. Dívida significa que não somos mais “livres para escolher”, como supõe Milton Friedman em seu elogio do capitalismo. O capital não perdoa nossas dívidas, conforme pede a Bíblia, ele insiste que nós as quitemos com produção futura de valor. O futuro já foi anunciado e encerrado (pergunte a qualquer estudante que tenha 100 mil dólares de empréstimo universitário para pagar). A dívida nos aprisiona em certas estruturas de produção futura de valor. A dívida é o meio predileto do capital de impor sua forma particular de escravidão. Isso se torna duplamente perigoso quando o poder dos credores subverte e tenta aprisionar a soberania do Estado. É por esse motivo que a única maneira de o capital sobreviver é por meio da coerência e da fusão obtidas pelo nexo Estado-finanças. Com isso, completa-se o processo de alienação de populações inteiras de qualquer influência e poder reais. Nem o Estado nem o capital oferecem alívio às privações e aos desempoderamentos. Atenas é tradicionalmente celebrada como o berço da democracia. Hoje é apenas o berço da servidão por dívida, a total e completa demolição de qualquer democracia.

O poder corruptor e alienante do dinheiro – que, quando assume a forma de juro, age “como se tivesse amor no corpo”<sup>55</sup> – é parte do problema. Não foi só Marx que reconheceu as alienações envolvidas. Até mesmo Keynes, um profundo defensor da ordem burguesa, mas ocasionalmente um afiado crítico, opinou sobre o tema:

Quando a acumulação da riqueza não for mais de grande importância social, haverá grandes mudanças nos códigos morais. Seremos capazes de nos libertar de muitos dos princípios pseudomorais que nos atormentam há duzentos anos, pelos quais elevamos algumas das mais repugnantes qualidades humanas à posição das mais altas virtudes. Seremos capazes de nos dar ao luxo de ousar avaliar o imperativo do dinheiro pelo que ele realmente vale. Amar o dinheiro enquanto posse – em contraposição a amar o dinheiro como meio para os gozos e as realidades da vida – será reconhecido por aquilo que é, uma morbidez um tanto asquerosa, uma daquelas propensões semicriminosas,

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 449.

<sup>55</sup> Johann Wolfgang von Goethe, *Fausto*, citado em Karl Marx, *Grundrisse*, cit., p. 587.

semipatológicas, que se deve encaminhar com um estremecimento aos especialistas em doenças mentais. Seremos finalmente livres para nos desfazer de todos os tipos de costumes sociais e práticas econômicas que afetam a distribuição de riqueza e de recompensas e penalidades econômicas, e que hoje conservamos a todo custo, por mais repugnantes e injustas que sejam, porque são tremendamente úteis à promoção da acumulação do capital.<sup>56</sup>

O fato de a riqueza humana, que deveria ter toda sorte de significados sociais, estar cada vez mais aprisionada na métrica única do poder monetário é por si só problemático.

De fato, porém, se despojada da estreita forma burguesa, o que é a riqueza senão a universalidade das necessidades, capacidades, fruições, forças produtivas etc. dos indivíduos, gerada pela troca universal? [...] [O que é senão a] elaboração absoluta de seus talentos criativos, sem qualquer outro pressuposto além do desenvolvimento histórico precedente [...] [O que é senão um desenvolvimento] em que o ser humano não se reproduz em uma determinabilidade, mas produz sua totalidade? Em que não procura permanecer como alguma coisa que deveio, mas é no movimento absoluto do devir? Na economia burguesa – e na época de produção que lhe corresponde –, essa exteriorização total do conteúdo humano aparece como completo esvaziamento; essa objetivação universal, como estranhamento total, e a desintegração de todas as finalidades unilaterais determinadas, como sacrifício do fim em si mesmo a um fim totalmente exterior.<sup>57</sup>

É isso o que “desafia toda fantasia”. Esse é o mundo insano e profundamente preocupante em que vivemos.

<sup>56</sup> John Maynard Keynes, *Essays in Persuasion* (Nova York, Classic House Books, 2009), p. 199.

<sup>57</sup> Karl Marx, *Grundrisse*, cit., p. 399-400.